



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. II (2001)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Os primeiros fidalgos na costa da Guiné

Andreia Martins de Carvalho , Alexandra Pelúcia 

Como Citar | How to Cite

Carvalho, Andreia Martins de & Pelúcia, Alexandra. 2001. «Os primeiros fidalgos na costa da Guiné». *Anais de História de Além-Mar* II: 127-138. <https://doi.org/10.57759/aham2001.46919>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores

Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal

<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2001. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2001. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).

The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

OS PRIMEIROS FIDALGOS NA COSTA DA GUINÉ¹

por

ANDREIA MARTINS DE CARVALHO *

e

ALEXANDRA PELÚCIA **

A haver um grupo social do qual a expansão ultramarina portuguesa seja altamente devedora seremos sempre obrigados a eleger a nobreza. Desde logo, a isso nos impele a circunstância de o processo descompartmentador ter sido idealizado, desencadeado e patrocinado pelo infante D. Henrique, uma das mais gradas figuras da sociedade quatrocentista, o qual se socorreu, essencialmente, de agentes recrutados entre os membros da sua casa senhorial para desenvolver a iniciativa pioneira².

Seria especial a situação desses homens, constrangidos a cruzar o Mar Tenebroso e a explorar terras desconhecidas tanto para satisfazerem a vontade do Infante e corresponderem à sua confiança, como para tentarem furar o chamado bloqueio social que afectava a generalidade do sector nobiliárquico. Com efeito, a participação nas expedições henriquinas envolvia sérios riscos físicos, relacionados sobretudo com a imprevisibilidade do desfecho das viagens oceânicas e os contactos belicosos com os povos indígenas da costa ocidental africana, residindo, com certeza, nesta particularidade a explicação para o facto de serem apenas elementos da baixa e média nobreza que se dispunham a dobrar o cabo Bojador, na mira da ansiada promoção social e económica que lhes estava praticamente vedada no Reino.

* Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e investigadora do Centro de História de Além-Mar.

** Da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e investigadora do Centro de História de Além-Mar.

¹ Comunicação apresentada ao Colóquio «A Nobreza Quatrocentista e a Expansão», que decorreu no Convento da Arrábida, de 23 a 24 de Março de 2001, sob a organização do Centro de História de Além-Mar e da Fundação Oriente.

² Calcula-se que apenas 20% dos capitães das expedições realizadas até ao ano da morte do *Navegador* não estivessem unidos a ele por laços de dependência directa – Cf. *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. A. H. de Oliveira MARQUES e Joel SERRÃO, vol. II, *A Expansão Quatrocentista*, coord. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 203.

A tendência persistiu durante anos a fio e nem a morte de D. Henrique, em 1460, seguida da transferência do controlo directo da empresa expansionista para a Coroa, contribuiu para a inverter de modo inequívoco. A mudança registada deverá antes ser situada noutro plano: passando D. Afonso V a protagonizar uma política coerente e centralizadora, no que dizia respeito ao reconhecimento do litoral africano, bem como à respectiva exploração comercial e salvaguarda do domínio marítimo-territorial, os escudeiros e cavaleiros do Infante foram preteridos, enquanto representantes *in loco*, a favor de indivíduos que detinham um estatuto social semelhante, mas que se encontravam imediatamente subordinados à Casa Real por via do recém-criado sistema dos filhamentos. Note-se, porém, que a experiência dos antigos servidores do *Navegador* não foi negligenciada, nem sequer sub-aproveitada, a avaliar pela decisão do monarca de seleccionar entre eles novos clientes e apaniguados ³.

Sinal da importância atribuída pelo poder central ao Atlântico Sul e à zona da Guiné pode ainda ser associado à presença, naquelas paragens, dos primeiros fidalgos da Casa Real, ou seja, do topo hierárquico dos novos foros de nobreza. A darmos crédito à documentação coeva disponível, foi Cide de Sousa quem inaugurou a prática ao assumir, no ano de 1453, o comando das velas que se dirigiriam ao litoral guineense em missão comercial, numa acção de parceria entre a Coroa e o ainda activo infante D. Henrique ⁴.

Cide de Sousa seria um dos filhos ilegítimos gerados pelo 3.º senhor de Mortágua, Gonçalo Anes de Sousa Chichorro ⁵, cujo acesso à corte poderia ter sido facultado pelo sacrifício do pai, morto ao serviço da Coroa no regresso da conquista de Ceuta, ou pela influência dos primos co-irmãos que gravitavam na órbita do *Africano*, dos quais é justo destacar Vasco Martins de Sousa, capitão dos ginetes do rei, e Rui de Sousa, vedor da rainha D. Isabel, membro do Conselho e futuro embaixador e almotacé-mor de D. João II ⁶.

³ Sobre estes assuntos seguimos as conclusões gerais expressas por João Paulo Oliveira e COSTA no seu artigo «D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II», in *Mare Liberum*, n.º 17, Junho de 1999, pp. 39-71.

⁴ A componente puramente comercial da expedição ficara a cargo de Nuno Antunes de Góis, escudeiro-fidalgos do duque de Viseu, o qual deveria seguir o regimento que lhe fosse apresentado pelo capitão Cide de Sousa – Cf. *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História*, ed. João Martins da Silva MARQUES, vol. I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, pp. 501-502.

⁵ Cf. Manuel José da Costa Felgueiras GAIO, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, vol. x, Braga, Carvalhos de Basto, 1992, p. 371 (obra doravante citada pela forma abreviada *Nobiliário*).

⁶ Sobre a importância dos Sousas na sociedade medieval portuguesa e na época da Expansão vejam-se, respectivamente, os estudos de Odília GAMEIRO, *A Construção das Memórias Nobiliárquicas Medievais Portuguesas. O Passado da Linhagem dos Senhores de Sousa*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, e Alexandra PELÚCIA, «A Linhagem dos Sousas: Construção de uma Rede de Influência Ultramarina», comunicação apresentada ao *X Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, S. Salvador, 4-9 de Dezembro de 2000, cujas actas se encontram em processo de publicação.

A deslocação de Cide de Sousa a espaços extra-europeus constituiu, no entanto, um acto isolado na sua vida, uma vez que as suas ligações familiares e cortesãs lhe permitiram desenvolver o resto da sua carreira pública dentro dos limites geográficos da Península Ibérica, nomeadamente actuando em Castela como agente do mestre da ordem de Santiago ⁷ e vedor e contador da rainha D. Joana, irmã de D. Afonso V, esposa de Henrique IV e mãe da *Beltraneja* ⁸.

Se a inscrição de Cide de Sousa nos livros da Casa Real parece ter ficado a dever-se à importância e antiguidade da sua linhagem, o mesmo não se pode dizer de Soeiro Mendes, o segundo fidalgo detectado em áreas tão remotas, durante o reinado afonsino. Sendo o seu nome ignorado pelas obras de referência em matéria de genealogias nacionais, dele só se sabe que serviu a Coroa na dilatação da influência portuguesa em Marrocos antes de obter a nomeação para a alcaidaria-mor da fortaleza de Arguim, em 1464 ⁹. É, pois, justo considerar que se terá conseguido elevar de uma condição mais ou menos plebeia ao estatuto de fidalgo da Casa Real graças à qualidade das suas prestações militares e ao alto grau de confiança que inspiraria. De que outro modo se pode conceber que tenha recaído sobre ele a escolha para dirigir o primeiro estabelecimento luso fixo na África Negra, o qual estava, aliás, destinado a funcionar como entreposto aurífero?

Não menos ilustrativa da importância da posição de Soeiro Mendes em 1464 é a circunstância de, entre 11 de Julho de 1492 e 10 de Agosto de 1495, um único indivíduo, Afonso de Moura, ter assegurado o exercício das funções de feitor, alcaide-mor e capitão de Arguim. Isto não obstante possuir unicamente a dignidade de cavaleiro da Casa Real ¹⁰ e tendo já acumulado experiência na região como capitão da armada que largara de Lisboa rumo ao Congo, no ano de 1490, sob o comando de Gonçalo de Sousa ¹¹. Todavia, o caso de Afonso de Moura pode não passar de uma excepção, se atendermos a que Fernão Soares, capitão e feitor de Arguim desde 10 de Maio de 1499 a 31 de Dezembro de 1501, era fidalgo da Casa Real ¹².

O *Príncipe Perfeito* controlava já a presença lusa e o trato na Guiné quando um terceiro fidalgo da Casa Real irrompeu naquele cenário. Era ele

⁷ Cf. Álvaro Lopes de CHAVES, *Livro de Apontamentos (1438-1489). Códice 443 da Coleção Pombalina da BNL*, eds. Anastásia Mestrinho SALGADO e Abílio José SALGADO, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 319. Julgamos que a associação de Cide de Sousa à ordem de Santiago foi originada pelo seu casamento com D. Leonor Fogaça, filha de um dos seus membros, Rui Gonçalves (IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 81v).

⁸ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 81v.

⁹ Cf. Luís de ALBUQUERQUE e Maria Emília Madeira SANTOS (dir.), *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1993, p. 144 (obra doravante citada pela sigla PMA).

¹⁰ Cf. PMA, vol. I, p. 314.

¹¹ Cf. João de BARROS, *Ásia*, I, iii, 9.

¹² Cf. PMA, III, pp. 305-306.

Nuno Mascarenhas e a sua situação de homiziado a bordo de uma das armadas com que o futuro soberano terá defendido o monopólio de comércio e navegação contra as investidas dos *Reis Católicos*¹³ é bastante clarificadora de como o estrato que se posicionava logo abaixo dos «Grandes» (leia-se dos titulares e seus parentes próximos) ainda não vislumbrava bons incentivos para a sua estadia nos limites conhecidos do continente africano, sobretudo quando num palco bem mais próximo de Portugal, como Marrocos, se podia fazer prova de capacidade militar e, simultaneamente, obter valorização social e económica¹⁴.

Foi preciso aguardar pela construção de outro estabelecimento associado ao abastecimento de ouro africano, isto é, a fortaleza de S. Jorge da Mina, para que a fidalguia assumisse um maior protagonismo, quer por vontade própria quer por vontade de D. João II. Não foi por acaso que um dos primeiros agentes portugueses na região ficou conhecido para a posteridade apenas como «um João Bernardes»¹⁵ e que o monarca procedeu depois a uma selecção criteriosa do oficial a quem daria a incumbência de conduzir as negociações tendentes à instalação da infra-estrutura, assim como de superintender a edificação da mesma. Para tanto, precisava de uma pessoa que reunisse em si várias qualidades: arrojo e intrepidez, sintonia político-ideológica com a Coroa, experiência bélica e capacidade de diálogo; enfim, características que dificilmente se encontrariam em alguém que não fosse de estirpe nobre e, mais especificamente, que não pertencesse ao estrato da fidalguia. É também neste sentido que julgamos poder interpretar o afastamento de Fernão Lourenço, escrivão da Fazenda, do acesso à capitania e não apenas porque, nas palavras de Manuela Mendonça, «se tratava acima de tudo de um burocrata»; impõe-se acrescentar que, no fundo, o seu grau de nobreza e a prática quotidiana a ele associada não o habilitariam o bastante para desempenhar, a contento, funções de tamanha responsabilidade¹⁶.

Situação diversa era a de Diogo de Azambuja, cavaleiro da ordem de Avis, neto de Lourenço Esteves de Azambuja, alcaide-mor de Salvaterra de Magos durante o reinado de D. Fernando, e filho mais velho de Jorge de

¹³ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32, fl. 98.

¹⁴ Cf. João Paulo Oliveira e COSTA, «A Nobreza e a Expansão. Particularidades de um Fenómeno Social Complexo», in *A Nobreza e a Expansão: Estudos Biográficos*, coord. João Paulo Oliveira e COSTA, Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 28, 33, e Humberto Baquero MORENO, «A Nobreza Portuguesa do Século XV nos Primórdios da Expansão Ultramarina», in *A Viagem de Bartolomeu Dias e a Problemática dos Descobrimentos. Actas do Seminário*, Ponta Delgada, 1988, pp. 19-35.

¹⁵ Bernardes dedicava-se ao resgate na Mina quando foi encontrado por Diogo de Azambuja, em 1481 – cf. Rui de PINA, «Chronica d'ElRey D. João II», in *Crónicas*, Porto, Lello & Irmão, 1977, cap. II, p. 89.

¹⁶ Veja-se Manuela MENDONÇA, «Diplomatas Portugueses na Costa Africana (1434-1495), uma Releitura de João de Barros», in *Mare Liberum*, n.º 10, Dezembro de 1995, p. 347.

Azambuja, capitão-mor de Montemor-o-Velho ¹⁷, cujos créditos militares já haviam sido firmados durante a recente guerra com Castela e nos domínios de além-mar. D. João II ganhou, efectivamente, a aposta; caso contrário, não teria oferecido a Diogo, depois do cumprimento da comissão de serviço, que se prolongou de 1482 a 1484, o acrescentamento do seu escudo de armas, numa carta datada de 17 de Março de 1485, que já o cita também como alcaide-mor de Monsaraz e conselheiro do monarca ¹⁸.

Ao debruçarmo-nos sobre a lista conhecida dos quadros dirigentes que foram destacados para a Mina, até finais do século xv, podemos apreender características comuns que nos fazem suspeitar fortemente da existência de um modelo sócio-político associado a esse serviço. Nesse modelo parece-nos ser de incluir a posição de nascimento dos oficiais. Com efeito, dos oito capitães que ali estiveram instalados no período considerado, a maioria era constituída por filhos segundos (casos de João Fernandes de Abreu, João Fogaça, Álvaro Mascarenhas e Lopo Soares de Albergaria), contra apenas dois primogénitos registados (Diogo de Azambuja e Pero da Silva), sendo desconhecida a situação dos restantes dois por falta de informações de natureza genealógica (casos de Afonso de Bobadilha e Fernão Lopes Correia). Confirma-se, assim, mais uma vez a convicção de que a hierarquia político-militar da Expansão foi reservada aos secundogénitos que, vendo-se excluídos do acesso às respectivas heranças familiares devido à tradicional importância atribuída à primogenitura e à legitimidade do sangue e, em particular, às disposições sucessórias preconizadas pela Lei Mental, procuraram nos novos mundos as chaves para abrir as portas da promoção social e económica ¹⁹.

Dentro deste modelo, terão de ser ainda aferidos outros critérios, como o estatuto social e as ligações familiares. Assim, todos estes indivíduos eram fidalgos da Casa Real, estando por isso vinculados à Coroa de maneira indelével. Mas o factor que daria ao monarca maior segurança, relativamente à eficiência e idoneidade destes oficiais era mesmo a tradição de serviço à realeza por parte das suas famílias ou até uma possível «recomendação» fornecida pelos parentes que estavam colocados em lugares-chave de âmbito burocrático, palatino, militar e territorial ²⁰.

Analisemos então mais de perto as redes familiares em que estavam inseridos os nomeados para o comando da fortaleza de S. Jorge da Mina:

¹⁷ Cf. *Nobiliário*, vol. I, pp. 529-530.

¹⁸ Cf. PMA, vol. I, p. 341.

¹⁹ Veja-se, v.g., João Paulo Oliveira e COSTA, *op. cit.*, pp. 14-15.

²⁰ Seguimos a hierarquia de funções proposta por Mafalda Soares da CUNHA, in «A nobreza portuguesa no início do século xv: renovação e continuidade», in *Revista Portuguesa de História*, tomo xxxi, vol. 2, 1986, p. 220.

- Pero da Silva (1484–1486 ²¹) era filho de D. Guiomar Borges e Diogo da Silva, que integrara a hoste real na batalha de Alfarrobeira e servira de tesoureiro-mor a D. Afonso V. Por sua vez, este era filho bastardo de João Gomes da Silva, alferes-mor de D. João I, alcaide-mor de Montemor-o-Velho e senhor de Vagos. Entre os restantes parentes do capitão devemos destacar também D. Pedro de Meneses, seu primo como sobrinho, que granjeou o título de 1.º conde de Cantanhede em 1479 ²².
- João Fernandes de Abreu (1486 ²³) era filho de D. Isabel Gonçalves Neto e Fernão de Abreu, membro do Conselho Real e senhor dos morgados da Serra e de Salina, os quais foram herdados pelo seu irmão, Pedro de Abreu, reputado por Felgueiras Gaio como «fidalgo muito principal» do reinado de D. João II. Registe-se ainda que o avô paterno, João Gonçalves de Abreu, servira a rainha D. Filipa de Lencastre na qualidade de reposteiro ²⁴.
- João Fogaça (1487-? ²⁵) era filho de D. Isabel de Brito e Diogo Fogaça, almoxarife da alfândega de Lisboa, estabelecendo ligações familiares com D. Garcia de Eça, o *Velho*, alcaide-mor de Muge e Vila Viçosa por via do matrimónio com D. Maria de Eça, filha do último ²⁶.
- Álvaro Mascarenhas (c. 1491 ²⁷) era filho de D. Isabel Correia e Martim Vaz Mascarenhas, comendador de Aljustrel, condição que foi transmitida ao seu irmão Fernão de Mascarenhas, genro de João da Silva, camareiro-mor de D. João II. O fidalgo era neto, por via materna, de Martim Correia, guarda-mor do infante D. Henrique, e, por via paterna, de Fernão Martins Mascarenhas, criado de um dos filhos do fundador da dinastia de Avis, o infante D. João, e comendador-mor da ordem de Santiago durante o reinado de D. Afonso V ²⁸.

²¹ Cf. PMA, vol. I, p. 341. Em 1486, Pedro da Silva era citado como membro do Conselho, obtendo, em razão dos seus anteriores serviços, que incluíram missões no Norte de África e durante a guerra da *Beltraneja*, a alcaidaria-mor de Ourém e Porto de Mós – Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 1, fl. 96 e liv. 8, fl. 36v.

²² Cf. Teresa Marques da SILVA, «O Capitão Aires Gomes da Silva», in *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, coor. João Paulo Oliveira e COSTA, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, pp. 115-118, e Humberto Baquero MORENO, *op. cit.*, p. 22.

²³ Faleceu durante o exercício das funções. Em 23 de Março de 1487, a viúva, D. Joana de Castro, recebeu a doação, por dez anos, dos direitos de Vila Ruiva, que tinham pertencido ao referido fidalgo e conselheiro do monarca – Cf. PMA, vol. I, p. 386.

²⁴ Cf. *Nobiliário*, vol. I, p. 104.

²⁵ Foi designado para a liderança da fortaleza nos princípios de 1487, após ter dirigido o almoxarifado da alfândega de Lisboa – Cf. PMA, vol. I, p. 385.

²⁶ Cf. Manuel José da Costa Felgueiras GAIO, *op. cit.*, vol. V, p. 371.

²⁷ As fontes que atestam a sua presença na Mina em funções de comando não resultam de documentos exarados pela Chancelaria Régia, nem sequer de missivas assinadas pelo próprio, mas referenciam a sua actividade na região por volta de 1491 – Cf. PMA, vol. II, pp. 76-77.

²⁸ Cf. *Nobiliário*, vol. VI, pp. 575-583.

– Lopo Soares de Albergaria (1494-? ²⁹) era filho de D. Mécia de Melo e do Dr. Rui Gomes de Alvarenga. Originário de uma família cujos pergaminhos eram de importância reduzida, Rui Gomes conseguiu, no entanto, emergir socialmente, à semelhança do meio-irmão, o Dr. João Fernandes da Silveira, graças a uma bem sucedida carreira de letrado, desenvolvida em prol da Coroa portuguesa. Desta sorte, o pai de Lopo Soares foi incumbido de missões diplomáticas internacionais (opinando Anselmo Braamcamp Freire que terá sido na sequência de alguma que acedeu ao estatuto de conde palatino ³⁰) e ocupou sucessivamente os cargos de vice-chanceler da Casa do Cível (1444), presidente (1452) e chanceler-mor da Casa da Suplicação (1452), tomando assento em simultâneo no Conselho do *Africano*. Por sua vez, o Dr. João Fernandes da Silveira foi nomeado regedor da Casa da Suplicação (1463), transferindo-se em 1473 para o serviço do futuro D. João II, em cujo reinado se notabilizou como conselheiro, escrivão da puridade e vedor da fazenda. Em 1475 fora-lhe outorgado o título de 1.º barão do Alvito ³¹.

Das famílias ou linhagens a que pertenceriam Afonso de Bobadilha ³² e Fernão Lopes Correia ³³ nada sabemos de positivo, como tivemos ocasião de afirmar acima. Julgamos, todavia, que isso não invalida o modelo social que temos vindo a tentar esboçar relativamente aos capitães de S. Jorge da Mina.

Acerca do primeiro fidalgo, é verosímil suspeitar-se de uma ascendência castelhana e até de uma eventual retirada estratégica para Portugal no âmbito da guerra da *Beltraneja*, facto que a confirmar-se não faria mais do que engrossar a lista dos nobres do Reino vizinho que, após terem hipotecado o seu apoio junto de D. Afonso V, se exilaram em território luso, passando a estar às ordens da dinastia de Avis ³⁴. De resto, a provar que

²⁹ A sua nomeação data de 20 de Dezembro de 1494, tendo-lhe sido concedida, a par da mercê de ser considerado cidadão de Lisboa, a qual foi confirmada em 15 de Setembro de 1497 – Cf. PMA, vol. II, p. 185.

³⁰ Cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. III, s.l., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996, p. 233.

³¹ Cf. *Ibidem*, vol. I, p. 281, vol. II, pp. 150-151, 168, vol. III, pp. 81, 233, 300; *Nobiliário*, vol. I, p. 317, vol. VI, pp. 151 e 645, vol. IX, p. 375, vol. X, pp. 169-170; e *Livro de Linhagens do Século XVI*, ed. António Machado de FÁRIA, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1956, pp. 307-308, 311-312.

³² Dele se sabe que esteve ao comando da fortaleza em época antes de 21 de Junho de 1496, data em que lhe foi atribuída pela Coroa uma tença anual de 40 000 reais, a título de recompensa pelos seus préstimos, entre os quais figurava a comissão de serviço nas paragens da Guiné. O fidalgo viu ser-lhe confirmada a tença em 26 de Setembro de 1522, numa altura em que já participava no Conselho de D. Manuel I – Cf. PMA, vol. II, p. 257.

³³ O posto estava ocupado por ele a 12 de Julho de 1499, ignorando-se as balizas cronológicas da sua permanência na região – Cf. PMA, vol. II, p. 438.

³⁴ Registam-se, inclusive, situações de filhos de fidalgos castelhanos refugiados em Portugal que assumiram papéis relevantes na expansão ultramarina nacional, pelo que Afonso

Bobadilha estava plenamente integrado na vida política e cortesã nacional e tinha um acesso fácil ao trono estão o casamento da sua filha, D. Maria, com D. Bernardo Manuel, camareiro-mor do *Venturoso*³⁵, e a sua participação no Conselho Real, atestada com segurança para o ano de 1522³⁶, mas que é de presumir ser bem mais antiga.

Quanto a Fernão Lopes Correia, a nomeação para a capitania do entreposto aurífero ter-lhe-á sido facultada pela confiança pessoal que D. Manuel I depositava nele, não enquanto representante de uma tradição familiar de serviço à Coroa, mas sim enquanto representante de uma tradição familiar de serviço à casa ducal de Viseu-Beja, da qual o *Venturoso* fora titular antes de segurar o ceptro. O fidalgo fora, com efeito, guarda-roupa do jovem duque³⁷ e conservara o lugar nos palácios reais³⁸, pelo que se tornou mais um dos indivíduos com ligações à referida casa senhorial que foram «promovidos» a partir de 1495, assumindo postos de responsabilidade político-militar, especialmente no âmbito da Carreira e do Estado da Índia³⁹.

Se para a presença portuguesa na Mina a estratégia centralizadora nunca deixou dúvidas⁴⁰, o mesmo não se poderá dizer relativamente a outros

de Bobadilha não representaria um caso isolado. São exemplos disso o sota-capitão da armada cabralina, Sancho de Tovar, filho de Martim Fernandes de Tovar, e Rui Lourenço Ravasco, um dos capitães da armada que António Saldanha conduziu até ao estreito de Meca em 1503, filho de pai homónimo – Cf., respectivamente, Andreia Martins de CARVALHO, «Sancho de Tovar – o Fidalgo «Castelhano»», e Alexandra PELÚCIA, «Lourenço Moreno, uma Eminência Parda em Cochim», in *Os Descobridores do Brasil...*, pp. 74-75 e 296 (n. 192).

³⁵ Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 36, fl. 55.

³⁶ Veja-se *supra* nota n.º 32.

³⁷ Em 1493, o guarda-roupa do duque de Beja era identificado como sendo Fernão Lopes (cf. *Monumenta Missionaria Africana*, ed. António BRÁSIO, 2.ª série, vol. I, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1958, pp. 575-576), pelo que é lícito concluir que se trata da mesma pessoa que serviu D. Manuel I naquelas mesmas funções e respondia pelo nome de Fernão Lopes Correia.

³⁸ Cf. PMA, vol. II, p. 438.

³⁹ São disso exemplo duas figuras estudadas por Alexandra PELÚCIA, «Lourenço Moreno...», e «Diogo Fernandes de Beja», in *Capitães de Afonso de Albuquerque*, coor. João Paulo Oliveira e COSTA (no prelo), mas também personalidades mais destacadas do processo de descompartimentação geográfica, como Vasco da Gama (V. Sanjay SUBRAHMANYAM, *A Carreira e Lenda...*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 81) e Pedro Álvares Cabral (V. João Paulo Oliveira e COSTA, «A Armada de Pedro Álvares Cabral. Significado e Protagonistas», in *Os Descobridores do Brasil*, pp. 51-60).

⁴⁰ Repare-se que, no caso de D. João II, não só houve o cuidado de destacar para a Mina pessoas de confiança técnica e política, que assegurariam o bom funcionamento da fortaleza e do entreposto aurífero, de modo a garantir fontes de financiamento para os grandes empreendimentos do soberano, como este premiou dois capitães que ali serviram, Diogo de Azambuja e Pero da Silva, com alcaidarias-mores de castelos que estiveram sob a tutela do ducado de Bragança até à traição de D. Fernando, a saber, Monsaraz, Ourém e Porto de Mós. É, pois, significativo, que parte do património de um dos líderes da oposição à política centralista do *Príncipe Perfeito* tenha sido confiado à guarda de veteranos da Mina. Sobre o património brigantino consulte-se Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação Casa de Bragança, 1990, pp. 79 e ss. Aproveitamos para agradecer à autora, que nos chamou a atenção para a origem das referidas dignidades.

espaços litorais africanos, como a ilha de S. Tomé. Descoberta no início da década de 1470, apenas em 1485 ocorreu a primeira doação da sua capitania, em benefício de João de Paiva, escudeiro da Casa Real ⁴¹. Cinco anos depois foi remetido o cargo a João Pereira, fidalgo da Casa Real ⁴². Em 1493, sucedeu-lhe Álvaro Caminha, que era somente cavaleiro da Casa Real ⁴³. Este, faleceu a 28 de Abril de 1499, não sem antes indicar como substituto o seu primo co-irmão, Pero Álvares de Caminha ⁴⁴, cujo estatuto não seria muito provavelmente superior. Presumimos, no entanto, ter havido um veto da parte de D. Manuel I, a avaliar pela nomeação de Fernão de Melo, fidalgo da Casa Real ⁴⁵, para a capitania e a alcaidaria-mor de S. Tomé, no dia 11 de Dezembro daquele mesmo ano ⁴⁶.

A oscilação do estatuto dos oficiais de S. Tomé deverá ter sido condicionada pelos escassos atractivos exercidos pela ilha, tanto em termos de riquezas como de adaptação ao clima local, logo também de prestígio social decorrente da estadia, os quais causaram sérias dificuldades de povoamento durante o reinado de D. João II ⁴⁷. Não obstante, haveria a preocupação de recrutar apenas homens dependentes da Casa Real e credores da confiança do monarca, sobretudo se tivermos presente que as caravelas que carregavam ouro na Mina, de regresso ao Reino, passavam por S. Tomé ⁴⁸.

Curiosa afigura-se a situação de Cabo Verde, não devido ao registo de uma maior concentração de homens de estirpe fidalga, mas sim em virtude da significativa evolução do estatuto de quem ali exerceu funções relevantes. Note-se, assim, que os primeiros capitães estavam ligados à Casa de Viseu-Beja (a cujos titulares pertencia a donataria) na qualidade de servidores dos duques ⁴⁹ e que, transitando o arquipélago para o património da Coroa,

⁴¹ Cf. PMA, vol. II, p. 344.

⁴² Cf. PMA, vol. II, pp. 32-33. A consulta dos nobiliários revela que João Pereira tanto poderia ser filho de Fernão Pereira, cavaleiro-fidalgo do duque de Bragança, alcaide-mor de Guimarães e 1.º senhor de Castro Daire, por mercê de D. Afonso V (cf. Anselmo Braamcamp FREIRE, *op. cit.*, vol. III, pp. 97-98), como de Galiote Pereira, senhor de Águas Belas e do morgado de Palmeira, alcaide-mor de Lisboa, coureiro-mor e conselheiro do *Africano* (cf. *Nobiliário*, vol. VIII, p. 181).

⁴³ Cf. PMA, vol. II, p. 115.

⁴⁴ Cf. PMA, vol. II, p. 476. Álvaro de Caminha tornou-se na mesma época alcaide-mor da ilha – cf. PMA, vol. II, p. 126.

⁴⁵ Trata-se do filho de João de Melo, comendador de Cascavel, na ordem de Santiago, e neto de Vasco Martins de Melo, alcaide-mor de Évora e Castelo de Vide. Fernão de Melo tinha um tio homónimo que, além de ter sido também alcaide-mor de Évora, pertencia ao Conselho Real – cf. *Nobiliário*, vol. VI, pp. 642 e 670, e *Livro de Linhagens do Século XVI*, pp. 164-165.

⁴⁶ Cf. PMA, vol. II, pp. 501 e 505.

⁴⁷ Cf. Luís de ALBUQUERQUE, «A colonização de São Tomé e Príncipe: os capitães do século XVI», in *Portugal no Mundo*, dir. Luís de ALBUQUERQUE, vol. 2, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 171-197.

⁴⁸ Cf. Luís Filipe THOMAZ, «O Projecto Imperial Joanino», in *De Ceuta a Timor*, s.l., Difel, 1994, pp. 161-162.

⁴⁹ Foi o caso de António da Noli, provável descobridor do arquipélago e capitão da ilha de Santiago na parte da Ribeira Grande, e de Diogo, João e Rodrigo Afonso, todos eles capitães

os seus herdeiros eram já fidalgos da Casa Real quando se tornaram os novos dirigentes locais. Foi o que sucedeu com Jorge Correia e Pero Correia, respectivamente capitães das metades meridional e setentrional da ilha de Santiago, a título de sucessores de António da Noli⁵⁰ e Rodrigo Afonso⁵¹.

Temos vindo a constatar, ao longo da presente exposição, que os interesses superiores da monarquia portuguesa na Guiné podem ser surpreendidos mediante a análise do estatuto social dos seus representantes no terreno. Até agora debruçámo-nos, quase em exclusivo, sobre os detentores de cargos associados a estabelecimentos fixos. Resta-nos, pois, explorar uma linha de análise não menos importante e esclarecedora: a das missões, armadas e embaixadas pontualmente enviadas à mesma região africana por D. João II.

Por intermédio de Luís Filipe Thomaz sabemos quão decisivo era o continente negro para o sucesso do plano imperial gizado pelo *Príncipe Perfeito*⁵². Ali importava não só aproveitar recursos económicos e financeiros, mas também firmar relações de suserania com os potentados locais, graças à prestação de apoio político e militar e ao desenvolvimento de acções missionárias, e encontrar vias de acesso aos domínios do Preste João e à Índia dos «cristãos» e das especiarias.

O prestígio e o risco inerentes a cada uma das deslocações não eram, todavia, sempre iguais e previsivelmente compensatórios. Daí que as expedições de exploração do sertão africano fossem deixadas a cargo de indivíduos de estatuto inferior, entre os quais se encontravam escudeiros da Casa

da mesma ilha na parte de Alcatrazes – cf. *História Geral de Cabo Verde*, coor. Luís de ALBUQUERQUE e Maria Emília Madeira SANTOS, vol. 1, Lisboa-Praia, Instituto de Investigação Científica e Tropical-Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991, pp. 47-51 (obra doravante citada pela sigla HGCV).

Temos ainda notícia da existência de João de Santarém, de estatuto desconhecido, que ocupava a capitania de Alcatrazes por volta dos anos de 1484-1485 (cf. *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*, dir. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, vol. 1, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical-Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988, p. 433 – obra doravante citada pela sigla HGCV-CD), e de Lopo Afonso, escudeiro da Casa Real, a quem estava entregue a capitania da ilha Brava em 1489 (cf. HGCV-CD, vol. 1, pp. 67-68). Relativamente ao primeiro apenas se nos oferece dizer que desempenharia funções *in loco* em representação de Rodrigo Afonso, que controlou a zona norte da ilha de Santiago, pelo menos, entre 1473 e 1497, a partir do Reino (cf. HGCV-CD, vol. 1, pp. 37-40, 51-54). No que respeita ao segundo, pressentimos que seria um membro da família dos capitães de Alcatrazes, atendendo à particularidade de partilhar com eles o apelido.

⁵⁰ O monarca reservou o posto para Jorge Correia, em 1497, ao indicá-lo como marido a D. Branca de Aguiar, filha do capitão genovês – cf. HGCV-CD, vol. 1, pp. 107-108.

A influência dos antigos homens do ducado de Viseu-Beja no novo quadro de poder ultramarino pode ainda ser aferida pela circunstância de Fernão Lopes Correia, já acima apresentado, ter um irmão chamado Jorge Correia (cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 101), que é de presumir ser o mesmo oficial que se instalou na Ribeira Grande.

⁵¹ Pero Correia era filho de Rodrigo Afonso e recebeu carta de confirmação da sua capitania em 1501 – cf. HGCV-CD, vol. 1, pp. 37-38.

⁵² Cf. Luís Filipe THOMAZ, *op. cit.*, pp. 152 e ss.

Real, moços de esporas, besteiros da câmara ou criados do rei ⁵³, ao passo que o comando militar e diplomático das grandes embaixadas enviadas aos potentados litorâneos era invariavelmente confiado a fidalgos. À luz deste cenário, torna-se pertinente afirmar que a uma hierarquização política dos espaços corresponderia uma hierarquização social dos enviados.

A armada que D. João II mandou aparelhar, em 1488, para reconduzir o príncipe D. João Bemoim ao reino dos Jalofo, lhe devolver o poder e construir uma fortaleza lusa na foz do rio Senegal é disso ilustrativa. Referindo-se-lhe, João de Barros caracterizou o contingente que seguia a bordo como sendo composto por «muita, e luzida gente» ⁵⁴ e não pecava por excesso. Com efeito, entre os oficiais que nela se integraram contavam-se vários membros da Casa Real, incluindo três fidalgos: Francisco de Albuquerque ⁵⁵, Filipe de Castro ⁵⁶ e o próprio capitão-mor, Pero Vaz da Cunha, o *Bisagudo*. Não deixa de ser curioso que, tendo contribuído decisivamente para o fracasso da expedição ao assassinar D. João Bemoim, Pero Vaz não foi alvo de qualquer penalização por parte de D. João II. Talvez a importância da sua rede familiar seja um factor a considerar nesse sentido, uma vez que era bisneto de Álvaro Pais, chanceler-mor de D. Pedro e D. Fernando e apoiante do Mestre de Avis, neto de Diogo Álvares, senhor do reguengo de Valada e vedor da rainha D. Filipa de Lencastre, filho de Luís Álvares, membro do Conselho e mestre-sala de D. Afonso V, e, sobretudo, irmão de Gonçalo Vaz de Melo e de Álvaro da Cunha, respectivamente mestre-sala e estribeiro-mor de D. João II ⁵⁷.

Outra armada importante no âmbito da estratégia joanina foi aquela que rumou em direcção ao Congo, em finais de 1490, com o propósito de prestar auxílio ao soberano local. D. João II evidenciou o seu cuidado na preparação da expedição ao entregar as credenciais de embaixador a D. João da Silva ⁵⁸ e o comando das velas a Gonçalo de Sousa, fidalgo da sua Casa, mas ambos pereceram no decurso da viagem, acabando por recair a responsabilidade da armada em Rui de Sousa, parente do falecido capitão-mor ⁵⁹.

⁵³ Cf. *Ásia*, I, iii, 12.

⁵⁴ Cf. *Ásia*, I, iii, 8.

⁵⁵ As acções mais notórias do primo co-irmão de Afonso de Albuquerque foram analisadas por Jean AUBIN no seu estudo «L'Apprentissage de l'Inde. Cochin 1503-1504», in *Le Latin et l'Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son Expansion en Asie et les Relations Internationales*, vol. I, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian-CNCDP, 1996, pp. 49-110.

⁵⁶ Veja-se sobre esta personalidade o estudo de André MURTEIRA, «Filipe de Castro, Capitão da Carreira da Índia», in *A Nobreza e a Expansão: Estudos Biográficos*, pp. 273-296.

⁵⁷ Cf. *Brasões*, vol. I, pp. 477-481 e A. A. Banha de ANDRADE, *História de um Fidalgo Quinhentista Português: Tristão da Cunha*, Lisboa, Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974, p. 21.

⁵⁸ Não nos foi possível apurar nenhuma informação sobre a família e a carreira deste dignatário, mas o facto de ter o título de dom a preceder-lhe o nome é suficiente para nos apercebermos de que se tratava de alguém com peso social no seu tempo.

⁵⁹ Cf. Rui de PINA, *op. cit.*, cap. lviii, e *Ásia*, I, iii, 9. As crónicas citadas divergem no tipo de relação sanguínea que unia Gonçalo a Rui de Sousa, veiculando a primeira que eram primos

*

Do que atrás ficou exposto, podemos concluir que, embora a nobreza tivesse participado na expansão ultramarina desde os seus primórdios, os homens de melhor estirpe, ou seja, os fidalgos, só se decidiram a intervir quando a Coroa assumiu a direcção do processo e principalmente quando os estímulos sociais e económicos se tornaram mais aliciantes.

Foi sob a égide de D. Afonso V que esta tendência se começou a esboçar, acabando por se consolidar em definitivo no reinado do *Príncipe Perfeito*, como resultou bem manifesto da maior e constante presença de fidalgos na costa ocidental africana e, muito especialmente, nas «partes da Guiné». Ali actuavam como agentes da Coroa, visto as suas naturais competências de comando se revelarem indispensáveis à boa execução dos desígnios do poder central, que lhes testemunhava o seu reconhecimento através da concessão de mercês e dignidades várias.

É ainda de registar que os fidalgos cuja presença foi detectada na região da Guiné não estavam ligados às grandes linhagens do Reino, conquanto estivessem bem relacionados com as esferas nacionais de poder. Na sequência de uma ideia originalmente proposta por Luís Filipe Oliveira ⁶⁰, dir-se-ia que houve uma divisão de interesses e prioridades no seio do sector nobiliárquico, como se a participação da alta nobreza no movimento expansionista tivesse conhecido um interregno entre as fases da ocupação das praças marroquinas e da construção do Estado Português da Índia, ficando o aproveitamento das hipóteses de promoção política e militar oferecidas pela Guiné reservado para o escalão intermédio do grupo ⁶¹.

co-irmãos e a segunda que eram tio e sobrinho. Na falta de dados suplementares, a consulta das genealogias nobiliárquicas apenas esclarece que tais personalidades poderiam corresponder a Gonçalo de Sousa, comendador-mor da ordem de Cristo, e a Rui de Sousa, seu sobrinho, que era filho do nosso conhecido Cide de Sousa e foi o primeiro marido de D. Violante de Távora, mãe de D. António de Ataíde, conde da Castanheira – cf. *Livro de Linhagens do Século XVI*, pp. 24 e 26.

⁶⁰ Preconiza o autor que «a existir um conteúdo social divergente» entre as frentes de expansão em Marrocos e na costa ocidental africana, «ele passará, quando muito, por uma clivagem interior à própria nobreza». Cf. Luís Filipe OLIVEIRA, «A Expansão Quatrocentista Portuguesa: um Processo de Recomposição Social da Nobreza», in *Jornadas de História Medieval. 1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV*, Lisboa, 1985, p. 201.

⁶¹ A mesma afirmação não é válida relativamente à exploração das potencialidades comerciais daquela zona, pois, como já foi demonstrado por João Paulo Oliveira e Costa, alguns grandes da sociedade portuguesa não desdenharam envolver-se nas actividades de trato que ali eram desenvolvidas – cf. «D. Afonso V e o Atlântico...», p. 54.